



Universidade de Brasília  
Faculdade de Educação – FE  
Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional  
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola  
Nacional de Socioeducação - ENS

# O papel do pedagogo na garantia do direito à educação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

Adriana Aparecida Chaves Araújo

Brasília, 2022



Universidade de Brasília  
Faculdade de Educação – FE  
Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional  
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola  
Nacional de Socioeducação - ENS

# **O papel do pedagogo na garantia do direito à educação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa**

**Adriana Aparecida Chaves Araújo**

Trabalho de conclusão do Curso de  
Especialização em Garantia dos Direitos e  
Política de Cuidados à Criança e ao  
Adolescente.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Flávia Ramos Cândido.

Brasília, 2022

Adriana Aparecida Chaves Araújo

O papel do pedagogo na garantia do direito à  
educação dos adolescentes em cumprimento  
de medida socioeducativa

Trabalho de conclusão do Curso de  
Especialização em Garantia dos Direitos e  
Política de Cuidados à Criança e ao  
Adolescente.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Flávia Ramos  
Cândido.

Aprovado em:

26/02/2022

**Banca Examinadora**

Prof<sup>a</sup>. Ma. Flávia Ramos Cândido.

Prof<sup>a</sup>. Ma. Claudiane Silva Carvalho

## Resumo

O presente trabalho discorreu acerca do papel do pedagogo na garantia de direito dos adolescentes em conflito com a lei. No Brasil, existe uma legislação que visa a garantia da proteção integral da criança e do adolescente, como a Constituição Federal de 1988 (CF), e a Lei nº 8.069/1990 que, por sua vez, asseguram o direito da criança e do adolescente de forma integral, tendo em vista o pleno desenvolvimento dos mesmos, bem como sua proteção e amparo para que tenham a garantia do direito à educação, saúde e cultura. O presente trabalho elencou como objetivo geral compreender o papel do pedagogo no trabalho socioeducativo com adolescentes em conflito com a lei. E de maneira específica, buscou identificar como ocorre o trabalho socioeducativo do pedagogo com os adolescentes em conflito com a lei; compreender como se dá o processo socioeducativo dos jovens infratores, pontuando os aspectos positivos e negativos do mesmo; analisar as concepções do trabalho socioeducativo que o pedagogo realiza por meio das narrativas de profissionais de uma unidade de semiliberdade brasileira.

**Palavras-chave:** Pedagogo; Trabalho socioeducativo; Adolescentes; Medida socioeducativa.

# SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>05</b>
<b>Metodologia .....</b>	<b>07</b>
<b>Revisão bibliográfica.....</b>	<b>08</b>
<b>Narrativas dos pedagogos/as da unidade de semiliberdade de Iguatu-CE: compreendendo uma realidade.....</b>	<b>11</b>
<b>Resultados e discussões.....</b>	<b>14</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>25</b>
<b>Referências .....</b>	<b>26</b>
<b>Lista de siglas.....</b>	<b>28</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>30</b>

## Introdução

O pedagogo que atua na educação social possui um papel central no atendimento de crianças e adolescentes em privação de liberdade. Enquanto membro da equipe técnica e administrativa, uma de suas responsabilidades é supervisionar a educação dos jovens e concluir o Programa de Assistência Pessoal (PIA), o qual possui como objetivo formar os sujeitos para assumirem papéis sociais relacionados à vida coletiva, reprodução das condições de vida e possibilidades de trabalho, reinserindo-os na vida pública em sociedade (BRAGA, 2020).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelece que a educação/orientação de menores infratores deve ser entendida como o direito inalienável, onde o mundo escolar reconhece claramente vários possíveis processos de formação. Esses menores não podem ser privados de seus direitos, mesmo que estejam cumprindo medidas socioeducativas.

No Brasil, um conjunto de legislações teorizam acerca da garantia da proteção integral da criança e do adolescente, como a Constituição Federal de 1988 (CF), a Lei nº 8.069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), as quais asseguram o direito da criança e do adolescente de forma integral, tendo em vista o pleno desenvolvimento dos mesmos, bem como a proteção e amparo legal para que tenham a garantia do direito a educação, saúde e cultura.

É importante destacar que a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 (LDB), no artigo 2º, preconiza que a educação deve ser estabelecida dentro do princípio da liberdade e no ideal da unidade humana para que, assim, se tenha um desenvolvimento geral dos alunos, preparando-os para o exercício da cidadania e qualificações para o trabalho (TOMÁCIO *et al.*, 2018).

Diante da importância que o vasto conjunto de normativas nacionais exerce sobre o direito à escolarização das crianças e adolescentes brasileiras, surge a seguinte reflexão: Como se dá o trabalho e quais medidas o pedagogo deve adotar para trabalhar a parte socioeducativa com os adolescentes em conflito com a lei?

Tendo em vista que os adolescentes em conflito com a lei necessitam de um suporte que os oriente e busque reintegrá-los novamente à sociedade, o presente trabalho possui o seguinte objetivo geral: compreender qual é o papel do pedagogo no trabalho socioeducativo com adolescentes em conflito com a lei. E de forma específica, busca identificar como ocorre o trabalho socioeducativo com os adolescentes em conflito com a lei; compreender como se dá o processo socioeducativo dos jovens infratores, pontuando os aspectos positivos e negativos do mesmo; analisar as concepções do trabalho socioeducativo que o pedagogo realiza por meio das narrativas desses profissionais.

## **Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de tipo bibliográfica, que conta com a observação participante e aplicação de questionários para compor a parte empírica. Segundo Prates (2003), a pesquisa qualitativa é um tipo de pesquisa que busca aprofundar a análise, tanto quanto possível, e não apenas conhecer os fatos de forma sumária, a partir de uma primeira aproximação com a realidade a ser estudada. Trabalha basicamente com a experiência social dos sujeitos expressa no seu cotidiano, ou seja, com a demonstração de sua cultura, o que inclui modo de vida, significados atribuídos, valores, sentimentos, linguagem, representações e práticas sociais.

Quanto ao processo de elaboração da revisão bibliográfica, este se deveu a partir da escolha do tema “O papel do pedagogo na garantia dos direitos à educação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa” ao qual contou com a formulação do questionamento norteador do estudo: Quais medidas educativas o pedagogo deve adotar para trabalhar a parte socioeducativa com adolescentes infratores?. Desse modo, foi realizada a busca por estudos nas bases de dados Banco de Teses e Dissertações da Capes (BDTD), no Google Acadêmico.

Quanto à observação participante, nesta modalidade a pesquisador procurou fazer descrições qualitativas, de cunho narrativo, após as sessões de observação. Procura-se os sentidos e significados das práticas e das experiências, procurando revelar aquela realidade social (Mónio et al (2017)).

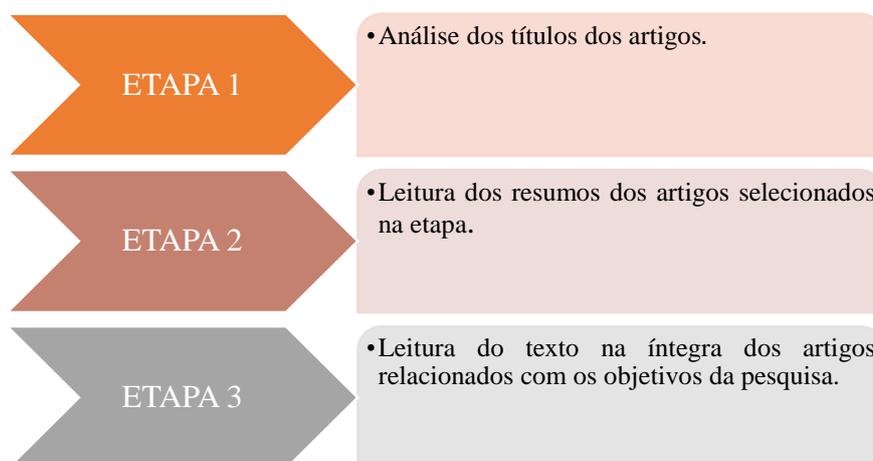
Para fundamentar a pesquisa empírica, decidiu-se aplicar questionários a pedagogos da unidade de semiliberdade de Iguatu, localizada no Ceará, estado do nordeste brasileiro, com vistas à compreender seu campo de atuação e os fatores que podem interferir no trabalho socioeducativo e, conseqüentemente, intervir na garantia de direitos de crianças e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

## Revisão bibliográfica

Para a pesquisa bibliográfica foram definidos os descritores “Pedagogo”, “Adolescentes” e “Socioeducação”. Esses descritores foram cruzados nas bases de dados citadas. Denota-se ainda que os critérios de exclusão foram artigos duplicados, bem como trabalhos que não indagavam sobre a temática discutida. Foram priorizados trabalhos brasileiros, em língua portuguesa, disponíveis eletronicamente e que abordassem pontos relevantes para o objeto de estudo e para o enriquecimento da pesquisa. O recorte temporal adotado foi a pesquisa dos últimos dois anos de produção acadêmica, devido a necessidade de abordar os estudos mais atuais sobre a temática.

O tratamento dos dados ocorreu após uma leitura minuciosa dos resumos dos artigos que compuseram a amostra da presente revisão da literatura, fazendo-se a interpretação do objetivo e dos resultados do estudo. Esta revisão seguiu três etapas:

Figura 1: Etapas do processo de seleção dos artigos.



**FONTE:** Elaborado pela autora.

A seguir apresenta-se o quadro 1 com a descrição dos estudos selecionados.

Quadro1: Artigos incluídos.

<b>Autor\ano</b>	<b>Título</b>	<b>Tipo de estudo</b>	<b>Base de dados</b>
<b>Baz (2020)</b>	A importância da educação e o trabalho socioeducativo do trabalho na recuperação do menor infrator	Revisão da literatura	Medline
<b>Souza (2020)</b>	A importância da educação e a recuperação do menor infrator	Estudo de caso	Medline
<b>Ribeiro et al., (2020)</b>	As contribuições do pedagogo para a promoção da integralidade da atenção e do cuidado prestados a adolescentes em unidades de semiliberdade	Estudo de caso	Scielo
<b>Bragantino (2021)</b>	Análise das práticas dos professores e das situações pedagógicas no trabalho socioeducativo	Revisão da literatura	PEDro
<b>Pacheco (2020)</b>	O acolhimento e trabalho socioeducativo, uma análise das práticas pedagógicas	Revisão da literatura	Scielo
<b>Ferreira et al., (2021)</b>	O trabalho socioeducativo: A reintegração do jovem em conflito com a lei na sociedade	Estudo de caso	PEDro

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pela autora (2022).

A utilização dos descritores na BDTD oportunizou o conhecimento de 3 dissertações de mestrado, as quais não foram consideradas para o estudo por não se relacionarem especificamente com os objetivos desse trabalho. No entanto, com o cruzamento das palavras-chave no Google Acadêmico foram selecionados para este estudo 6 artigos científicos das seguintes bases de dados *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (Medline), na *Physiotherapy Evidence Database* (PEDro) e na *Scientific Eletronic Library Online* (Scielo), sendo 2 da Scielo, 2 da Medline e 2 da PEDro, ambos alinhados à temática abordada na pesquisa.

Desse modo, o trabalho de Baz (2020) ressalta que no Brasil, a estrutura de ações e políticas têm foco nos direitos e garantias desses jovens; o autor traz um detalhamento quanto a este grupo que, mesmo sendo apoiados pelo ECA e também pela CF, ainda encontra diversas dificuldades em relação ao amparo legal, de forma que ainda é necessária uma segurança maior na sua reintegração na sociedade, a qual deve ser desenvolvida por meio do trabalho socioeducativo

O trabalho de Souza (2020) enfatiza a importância do programa de educação social do Brasil, o qual pontua ser algo desafiador tendo em vista que os jovens em conflito com a lei adentram em amplas discussões presentes no contexto sociointeracional, pois se relaciona à reintegração social deste sujeito. Ainda conforme o autor, a função do pedagogo em centros socioeducativos voltam-se em conduzir o desenvolvimento do adolescente em conflito com a lei, afim de acompanhar suas medidas socioeducativas e supervisionar sua escolarização, verificando a frequência escolar, elaborando e organizando atividades pedagógicas e realizando a estimulação dos adolescentes referente à participação de atividades que contribuam com o seu desenvolvimento físico e social.

O artigo de Ribeiro *et al.*, (2020) pondera que o trabalho dos educadores para promover a socioeducação requer que esse profissional esteja muito bem qualificado e preparado para o trabalho, pois o mesmo deve contribuir para com seu processo de educação social, já que o público atendido é bem fragilizado e pertence a uma classe em situação de vulnerabilidade social e econômica, que às vezes entra em conflito com a lei devido ao fator financeiro e encontra na marginalização uma forma de ganhar o seu sustento.

O artigo de Bragantino (2021) enfatiza ainda que o trabalho na socioeducação exige a quebra de paradigmas, principalmente desvinculando preconceitos lançados aos jovens que cumprem as medidas de educação social. Nessa toada, os pedagogos que atuam na seara da socioeducação possuem papel central, já que cabe a esses profissionais

O acompanhamento e registro do cumprimento das medidas dos adolescentes determinadas pelos Juizados da Infância e Adolescência através de relatórios técnicos no campo específico da educação” (BRAGANTINO, 2021, p12).

O artigo de Pacheco (2020) enfatiza que se faz necessário uma proximidade entre o jovem em conflito com a lei e o pedagogo para que se tenha uma maior compreensão do cotidiano desse adolescente, para conhecê-lo, em sua convivência, ter consciência de suas limitações, seus anseios. Desse modo, é importante compreendê-lo, uma vez que a adolescência é uma fase, portanto, não dura uma vida inteira, pela qual algumas pessoas passam por ela muito pacificamente; outros são mais rebeldes ou tímidos. Diante do exposto, as instituições de ensino têm a função social de orientar o comportamento e

mediação desses sujeitos, conforme preconiza o artigo 227 da CF quanto a prática educativa e/ou socioeducativa.

Ferreira *et al.*, (2021) ressaltam que infelizmente não se tem observado grande interesse e investimentos em educação dos menores infratores, entretanto a educação deve ser a saída para restaurá-los. Os autores destacam que os educadores estão preocupados porque não estão preparados para lidar com esses sujeitos pois, para que se tenha um trabalho bem-sucedido, é essencial uma boa formação e planejamento para executar o acompanhamento educacional.

Com base em todas as considerações presente nos artigos estudados foi possível perceber que o trabalho socioeducativo contribui de forma significativa na reintegração destes jovens, desse modo, aponta-se que os mesmos trouxeram grandes contribuições para essa discussão. De fato, pareceu-nos importante dar ênfase sobre às unidades que atendem jovens em conflito com a lei, pois a experiência da pesquisadora revela que as instituições apresentam muitas dificuldades relacionadas à infraestrutura e à falta de políticas para incentivar a manutenção dos serviços públicos nessas unidades de atendimento, além disso, os profissionais que trabalham com os internos não são treinados.

Há ainda adversidades relacionadas à falta de equipamentos de segurança necessários ao bom andamento do trabalho, dentre outros aspectos. Embora todas essas medidas sejam exigidas por lei, elas não são colocadas em prática, contribuindo para que os desafios dos profissionais sejam ampliados, o que pode se refletir na reincidência do ato infracional.

## **Narrativas das pedagogas da unidade de semiliberdade de Iguatu-CE: compreendendo uma realidade**

Parte importante neste estudo refere-se à observação participante alinhada à experiência profissional da pesquisadora, a qual compõe o quadro de servidores da unidade de Semiliberdade de Iguatu, tem formação em pedagogia e atua como diretora neste espaço. Ocorre que, para não correr o risco de enviesar os dados a partir de uma leitura subjetiva da pesquisadora e de sua própria vivência, decidiu-se, para além de realizar um relato de uma experiência,

aplicar questionários aos demais pedagogos da unidade. Desse modo, buscou-se o conhecimento da realidade a partir das perspectivas desses servidores, os quais atuam no contexto socioeducativo.

A unidade semiliberdade de Iguatu fica localizada na região centro sul do estado do Ceará. Atualmente tem capacidade para 20 internos com idade de 12 a 18 anos, de ambos os sexos. Possui um quadro de 32 colaboradores e tem como missão atender, em regime de semiliberdade, adolescentes autores de ato infracional, promovendo ações socioeducativas direcionando os adolescentes e jovens a construírem suas histórias de vida com responsabilidade, dignidade e autonomia. Desenvolvendo atividades pedagógicas como: oficinas, palestras, espiritualidades, atividades esportivas de lazer e culturais. Busca inserir os adolescentes em cursos profissionalizantes de acordo com a aptidão de cada um. A unidade e Iguatu realiza os atendimentos psicológico e psicossocial, sendo o pedagogo da unidade o profissional responsável por coordenar, planejar, desenvolver e acompanhar todas as ações pedagógicas da unidade.

Quanto a esse papel exercido pelo pedagogo, o Projeto Político Pedagógico (PPP) define que o pedagogo é um dos profissionais que pode auxiliar no processo de reabilitação e reintegração do jovem em conflito com a lei, já que o mesmo adentra com a parte socioeducacional ao qual é culminante nesse processo.

Cabe ao pedagogo monitorar a frequência escolar dos adolescentes e a conclusão dos programas de atendimento individual. Sistema de ensino, para a atuação do educador neste espaço, é necessário o apoio de outros profissionais que irão auxiliá-lo em seu trabalho com os jovens em conflito com a lei (PPP, 2020, p. 22).

A partir das competências estabelecidas para atuação do pedagogo enquanto profissional da socioeducação, ficou estabelecido que o educador será responsável por oferecer ao adolescente, mecanismos para o acesso ao conhecimento. Este acesso pode representar a possibilidade para sua promoção pessoal. A função do pedagogo é a de atuar de forma mediadora a facilitar o acesso ao conhecimento, que é um direito do socioeducando, buscando alternativas para atender demandas específicas desses sujeitos.

Desse modo, para compor o questionário foram elaboradas questões previamente organizadas num roteiro, tendo em vista o alcance dos objetivos da

pesquisa, ou seja, compreender a relevância do papel do pedagogo no trabalho socioeducativo com adolescentes em conflito com a lei.

É importante esclarecer que a ideia inicial era de realizar entrevistas em formato presencial com os pedagogos da unidade de reabilitação Semiliberdade de Iguatu. No entanto, em função do surto de COVID-19 e da gripe Influenza, que acometeu o Brasil no início de janeiro de 2022, houve mudanças metodológicas neste estudo, tendo sido possível somente aplicar os questionários em formato virtual. De modo algum a aplicação dos questionários virtuais desqualificou a pesquisa. Ao contrário, revelou-se num instrumento de pesquisa viável e adequado às limitações impostas pelo desafiador período imposto no contexto brasileiro e mundial.

Em relação a coleta de dados Andrade (2010) descreve:

Para a coleta de dados deve-se elaborar um plano que especifique os pontos de pesquisa e os critérios para a seleção dos possíveis entrevistados e dos informantes que responderão aos questionários ou formulários. A coleta de dados constitui uma etapa importantíssima da pesquisa de campo, mas não deve ser confundida com a pesquisa propriamente dita. Os dados coletados serão posteriormente elaborados, analisados, interpretados e representados graficamente. Depois, será feita a discussão dos resultados da pesquisa, com base na análise e interpretação dos dados (ANDRADE, 2010, p. 137).

Com relação aos questionários, segundo Minayo (2013) é essa uma das principais formas que podem ser usadas para colher dados, fazendo uma análise mais aprofundada dos dados colhidos, sendo assim ideal para o tipo de pesquisa realizada nesse trabalho.

Para a análise dos dados, foi realizada a categorização de forma descritiva e interpretativa dos elementos adquiridos por meio dos questionários aplicados. Esta técnica foi escolhida de forma a realizar uma análise detalhada, assim uma categorização dos dados obtidos de forma organizada, podendo, dessa maneira, facilitar a análise dos dados qualitativos, levando-se em consideração o ponto de vista dos sujeitos. Os dados posteriormente foram discutidos utilizando-se o referencial teórico adotado nesse estudo para embasar as discussões (LAKATOS; MARCONI, 2010).

O planejamento da investigação levou em consideração os aspectos éticos, posto que a ética na pesquisa científica designa que o estudo em questão deve ser feito de modo a procurar sistematicamente o conhecimento, por observação, identificação, descrição, investigação experimental, produzindo

resultados reprodutíveis, realizado de forma moralmente correta (PRODANOV, 2013).

A presente pesquisa foi desenvolvida de acordo com a Resolução Nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016), a qual trata das questões éticas que envolvem pesquisas com seres humanos. A resolução refere-se, em meio a aspectos éticos, ao respeito ao indivíduo pesquisado por meio da aceitação livre e esclarecida que está vinculada as pesquisas envolvendo seres humanos.

Goldim *et al.* (2003) ressaltam que o processo de consentimento livre e esclarecido objetiva permitir que o participante da pesquisa entenda os procedimentos, riscos, desconfortos, benefícios e direitos envolvidos, possibilitando assim que o mesmo desenvolva a sua autonomia para decidir a respeito de sua participação no estudo.

Considerando que a participação dos entrevistados é livre, sem vantagens ou quaisquer prejuízos, sendo assegurado o anonimato, a participação ou desistência em qualquer momento do estudo, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual contém informações sobre a pesquisa. Todos os sujeitos deste estudo assinaram o TCLE e se dispuseram a colaborar com a pesquisa científica.

## **Resultados e discussões**

No mês de janeiro de 2022 foram aplicados questionários por meio da rede social *WhatsApp* às três pedagogas da unidade de semiliberdade de Iguatu-CE. Conforme exposto, utilizou-se esta ferramenta para que fosse evitado contato físico e aglomeração, respeitando-se, desta forma, as normas e orientações de saúde requeridas por este momento, salvaguardando, assim a pesquisadora e os pesquisados. Os questionários foram enviados em formato de texto para as respondentes, as quais emitiram suas respostas por meio de mensagens escritas, ou seja, digitadas no aplicativo. A seguir, um detalhamento dos procedimentos executados nesta etapa:

- 1) O contato inicial com as pedagogas que trabalham e trabalharam na unidade de Iguatu foi realizado via aplicativo de mensagens *Whatsapp*. Não foi

possível o encontro presencial; a coordenação da instituição orientou que o contato fosse realizado deste modo e cedeu o contato das respondentes.

2) Após o diálogo inicial, as pedagogas concordaram em participar da pesquisa. Foram enviados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para as mesmas assinarem, com o pedido de que escaneassem e os devolvessem à pesquisadora, o que foi prontamente atendido.

3) Foram enviados os questionários a cada uma das participantes pelo mesmo aplicativo de mensagens.;

4) As pesquisadas, uma a uma foram enviando as respostas por meio de texto escrito. Algumas demoraram mais a responder, no entanto, todas emitiram suas respostas.

5) As respostas foram organizadas em arquivos para análise posterior.

6) Os arquivos foram transpostos em tabelas, tendo sido esta estratégia considerada adequada para a interpretação e melhor compreensão da realidade social pesquisada.

A partir das perguntas, que foram previamente elaboradas num roteiro, foi possível traçar um perfil das pesquisadas e colher os dados necessários à pesquisa. Assim, nas seções subsequentes serão disponibilizados as tabelas, seguidas das discussões e interpretações pertinentes às temáticas abordadas.

### ***Perfil das profissionais da pedagogia da unidade de socieducação de Iguatu-CE***

Tabela 1: Perfil das entrevistadas

<b>Idade</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Sexo</b>	<b>Formação</b>	<b>Cursos de especialização</b>
52 anos	Casada	Feminino	Pedagoga	Especialista em Educação Inclusiva Especialista em ABA Análise do comportamento aplicada
31 anos	Solteira	Feminina	Pedagoga	-
53 anos	Casada	Feminino	Pedagogia e Letras	-

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pela autora (2022).

No quadro acima, referente ao perfil das pesquisadas, é possível identificar que as respondentes são do sexo feminino e possuem idade que variam entre 31 a 53 anos. Em relação à graduação, as respondentes possuem formação em pedagogia e apenas uma possui graduação a mais em letras. Já com relação ao que diz respeito a especialização, apenas a entrevistada P1 respondeu ser especialista, possuindo pós-graduação em Educação Inclusiva e Análise do comportamento aplicada. Chama a atenção o fato de não haver um pedagogo do sexo masculino nesta equipe. Na unidade, a participação masculina fica mais evidente nos serviços de acolhimento e reabilitação dos jovens e conflito com a lei.

Conforme indica a pesquisa realizada por meio dos questionários, apesar de um aumento da participação masculina no curso de Pedagogia, esta área predominantemente é cursada por mulheres. Infere-se que isso se deve ao fato desta escolha profissional ainda estar ancorada em papéis de cuidados que por um bom tempo foram executados pelo público feminino. Conforme Silva (2020), em relação à formação do pedagogo para atuar na socioeducação, o autor destaca que para o mesmo atuar nessa área ele necessita de uma formação específica, pois o trabalho requer maleabilidade e conhecimento por parte do profissional. Em contrapartida, as mulheres têm adentrado o mercado de trabalho, exercendo as mais variadas profissões.

### ***Atuação na área socioeducativa***

Tabela 2: Atuação na área socioeducativa

<b>Respondente</b>	<b>Você já trabalha há muito tempo na área socioeducativa com adolescentes em conflito com a lei ? Há quanto tempo ?</b>
<b>P1</b>	Sim, 12 anos
<b>P2</b>	Sim, 5 anos
<b>P3</b>	Trabalhei durante 6 anos

Fonte: Dados da pesquisa elaborado pela autora (2022).

Com base nos dados expostos, a média de trabalho das entrevistadas no serviço socioeducativo é de cinco anos, portanto, todas têm uma experiência relevante em seu campo de atuação. A respondente P1 possui mais tempo que as demais, o que confere a mesma uma boa vivência e conhecimento sobre a

atuação na área. De acordo como Santos (2020), é de extrema relevância a participação do pedagogo nesta área, pois o mesmo pode auxiliar a preparar os jovens para a reinserção na sociedade e reintegração com suas famílias, ou seja, para tentar reinseri-los na sociedade. As demais respondentes possuem tempo de experiência semelhante. Infere-se que possuem um bom grau de conhecimento quanto a atuação do pedagogo no espaço da socioeducação.

### ***A importância do trabalho socioeducativo***

Tabela 3: A importância do trabalho socioeducativo

<b>Respondente</b>	<b>Na sua visão, qual a importância do trabalho socioeducativo com os adolescentes em conflito com a lei?</b>
P1	É de uma grande importância pois o trabalho tem uma metodologia participativa e dialética, isso significa que o objetivo é proporcionar transformações positivas na realidade do adolescente, em seu âmbito familiar e comunitário.
P2	Acolher, sensibilizar e ressocializar.
P3	É de grande importância pois possibilita ao jovem despertar novos interesses no âmbito educacional e profissional, algo muitas vezes adormecido nesses jovens e que o trabalho socioeducativo vai oportunizá-lo a encerrar a vida de outra forma e que eles "adolescentes" possam se enxergar e sentir-se valorizados dentro de uma sociedade.

Fonte: Dados da pesquisa elaborado pela autora (2022).

Nas falas das respondentes percebe-se unanimidade de respostas em relação a visão das mesmas sobre a importância do trabalho socioeducativo com o adolescente em conflito com a lei. As pesquisadas P1 e P3 afirmam que este é um trabalho de grande relevância e destacam a perspectiva de que trabalho socioeducativo oportuniza aos jovens mudança de vida.

As percepções dessas pedagogas estão voltadas para uma preocupação com o futuro desses jovens, já que acreditam que a educação pode abrir horizontes positivos, de maneira que possam se enxergar com outros olhos, sentir-se valorizados na sociedade e proporcionar transformações em suas realidades, no âmbito de suas famílias e comunidade.

A ressocialização é um aspecto também enfatizado por P2, que apesar de dar respostas curtas, por meio da utilização de verbos no infinitivo, esta pedagoga destaca o exercício de acolhimento do socioeducando e a

sensibilização sobre suas trajetórias enquanto elementos fundantes e e relevantes para atuação do pedagogo no sistema socioeducativo. Nesse sentido, Silva (2020) explicita que:

O trabalho socioeducativo além de prevenir a criminalidade, também integra os jovens na família e na sociedade, tendo em vista que as violações de crianças e jovens ocorrem frequentemente no meio social em que vivem, as quais podem ser ocasionadas principalmente devido ao fator econômico dos mesmos. (SILVA, 2020, p. 20).

Muitos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas encontram dificuldades de reinserção na educação e no trabalho, seja pela discriminação e descrença projetada sobre eles, seja pela falta de profissionalização, ou até mesmo carência de vagas de emprego. A participação em projetos de profissionalização visa oferecer-lhes uma possibilidade de renda, principalmente para aqueles em extrema situação de vulnerabilidade, incentivando-os em busca de novos projetos de vida. Acredita-se que ao receber uma fonte de renda de forma lícita, dentro da lei, pode-se evitar que os jovens retornem ao mundo do crime, ou pelo menos atenuar tal possibilidade (BRAZ, 2020).

É importante ressaltar a trajetória de vida dos jovens em conflito com a lei. Geralmente são adolescentes advindos de famílias vulneráveis, vivendo num contexto social de exclusão e com seus direitos negados. Portanto, o desenvolvimento de projetos de vida para jovens em conflito com a lei pode auxiliar nas ações socioeducativas e apresentarem um impacto na vida dos adolescentes, promovendo a formação de identidade e reintegração social.

Tais projetos não são apenas sobre desenvolvimento de carreiras profissionais, mas também sobre modos de vida, o que pode quebrar o elo que é sustentado pela cultura criminosa. Dentre as ações que podem ser desenvolvidas destaca-se o artesanato, culinária e esporte, onde este jovem aprende a produzir algo ao qual possa ser comercializado e lhe ofereça uma renda para que o mesmo possa trabalhar dignamente e afastar-se dos delitos (SANTOS, 2020).

No Centro Socioeducativo de Semiliberdade de Iguatu, as ações do trabalho socioeducativo voltam-se para proporcionar direitos educacionais aos socioeducandos como: matricular 100% dos adolescentes no ensino básico; reforço escolar interno; estimular a aprendizagem através de projeto de leitura, de atividades interativas e lúdicas como leitura e interpretação de paradidáticos

e jogos matemáticos; matrícula em exames nacionais de certificação (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos e Exame Nacional de Ensino Médio) como também o de Pessoas Privadas de Liberdade.

Já em relação as possibilidades de oportunizar aos socioeducandos uma profissionalização, estas ocorrem por meio de oficinas e cursos internos e externos, os quais ocorrem conforme suas aptidões e perfil. Destaca-se, assim, que todas estas ações são desenvolvidas especialmente pelo pedagogo, que na unidade em questão, é o principal responsável por coordenar, planejar e acompanhar as ações socioeducativas.

### **Desafios do trabalho socioeducativo**

Tabela 4: Desafios do trabalho socioeducativo

<b>Respondente</b>	<b>Aponte os desafios ou facilidades que você encontra para trabalhar com os adolescente em conflito com a lei.</b>
P1	Os desafios são muitos e constantes, pois após quase 30 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, percebe-se que o estatuto não foi implantado como deveria. Há um retrocesso nas políticas públicas em relação à proteção da criança e do adolescente.
P2	A aceitação da sociedade, ganhar a confiança do adolescente, parcerias no município e participação da família.
P3	Os desafios são muitos, entre eles: a sociedade que não oportuniza trabalho, a vulnerabilidade familiar que é também um grande desafio, a discriminação social que esses jovens enfrentam, no entanto o que vejo como facilidade são que eles estão abertos a novas oportunidades.

Fonte: Dados da pesquisa elaborado pela autora (2022).

Acredita-se que esta questão foi central para o estudo. Em relação aos desafios encontrados para se trabalhar com os adolescentes em conflito com a lei, as respondentes revelam que, dentre eles estão: a falta de aceitação desses jovens pela sociedade, a dificuldade que a sociedade apresenta em confiar nesse adolescente, fatores que, de maneira geral, geram discriminação social, enfrentada por eles. Estes fatores acabam por desvelar que a infração e o cumprimento da medida impactam a vida desses sujeitos.

Conforme indicam Pires *et al.*, (2018), a trajetória de adolescentes que cumprem medidas socioeducativa é marcada pelo estigma, “pois esses

adolescentes que cometem ato infracional acabam sendo rotulados, como se o ato infracional fizesse parte de suas identidades” (PIRES *ET AL.*, 2018, P.19).

Ainda quanto aos desafios, P1 destaca o considerável tempo de vigência do ECA, que o mesmo não teria sido implantado como deveria e acredita que há um retrocesso nas políticas públicas de proteção às crianças e adolescentes, no entanto, a pesquisada não dá maiores informações e nem explicações sobre sua argumentação. Conforme este estudo já sinalizou, o ECA se apresenta como uma legislação que, aliada a Lei do SINASE, se apresentam como importantes normativas para a garantia de direitos e proteção integral de crianças e adolescentes. A pesquisada parece referendar essas leis, no entanto, acredita que há um retrocesso nas políticas públicas, apesar do aparato legislativo nacional estar bem articulado, consolidado, pensado e organizado. Infere-se que P1 quis dizer que a problemática, portanto, reside na ineficiência e insuficiência das políticas públicas propostas para os sujeitos público alvo da socioeducação. Ainda que de forma implícita na sua resposta, P1 corrobora com Pacheco (2021) quanto às adversidades encontradas pelos pedagogos que atuam no sistema socioeducativo.

Fatores esses que se refletem na trajetória do socioeducando em situação de cumprimento de medida, e se referem, por exemplo, à falta de recursos, instalações inadequadas, superlotação, sobrecarga de trabalho dos funcionários, o que dificulta o processo de atuação de pedagogos e demais profissionais, afetando a qualidade dos serviços ofertados e, conseqüentemente, trazendo prejuízos a todos.

Quanto às facilidades, curiosamente somente a respondente P3 teceu comentário a respeito. Isso levou a alguns questionamentos, sobretudo os motivos pelos quais as demais pedagogas não veem facilidades no seu campo de atuação. P3 afirma que as facilidades estariam voltadas ao fato desses jovens estarem abertos a novas oportunidades, o que revela que a respondente atribui o conceito de facilidade ao termo vantagem ou ainda, possibilidade. De qualquer forma, fica subjacente na resposta da pesquisada que o/a pedagogo/a pode contribuir com a vida deste/a jovem, de maneira a colaborar com a transformação e/ou mudança na sua trajetória.

Uma das principais dificuldades encontradas volta-se para a aceitação do jovem em participar das atividades propostas dentro da instituição. Isso se deve

ao fato de que os jovens se percebem em situação de privação de liberdade, e, ainda que de forma parcial, representa para o adolescente uma experiência dolorosa, sendo o suporte técnico necessário no sentido de auxiliá-lo nesse processo através da intervenção, quando ele poderá elaborar os sofrimentos decorrentes das próprias vivências.

A intervenção profissional, portanto, deve considerar aspectos referentes ao histórico infracional e a natureza dos delitos, à família e às relações sociais, no sentido de estimular a formação e o estabelecimento de vínculos, desenvolvimento de sentimentos, estímulo ao desenvolvimento de capacidades para crítica e autocrítica, autocontrole e autoestima.

O atendimento técnico na semiliberdade oferece ao adolescente um espaço de escuta no qual ele pode expressar sentimentos e ansiedades de forma a inserir-se no processo reflexivo. O atendimento em grupo serve para aprender conviver socialmente. O atendimento individual colabora para aprender a ser, ambos servem para melhorar as relações interpessoais.

Diante do exposto, ressalta-se a importância da capacitação de todos os profissionais envolvidos no processo de ressocialização, principalmente para os pedagogos. Para o funcionamento do Centro Socioeducativo com qualidade nas execuções das ações é relevante a formação continuada dos profissionais. A partir de sua formação acadêmica e experiências, é importante que se concretize uma base de estudos e formulação de novos conhecimentos. Todavia, a realidade vivenciada na unidade de Iguatu acerca das capacitações é complexa, pois acontecem de forma esporádica.

### ***Contribuições da educação para o adolescente em cumprimento de medida.***

Tabela 5: Contribuições da educação para o adolescente em cumprimento de medida.

<b>Respondente</b>	<b>Como a educação pode contribuir na reintegração do jovem na sociedade ?</b>
P1	A educação pode contribuir apontando, mediando possibilidades para esses jovens virem a se desenvolver, a trilhar outros caminhos, que não sejam ligados ao ato infracional que ele tenha realizado.
P2	A educação ela é a porta para a ressocialização seja ela escolarização ou eixos de arte, cultura, lazer e esporte.
P3	A educação pode contribuir de forma positiva, buscando caminhos para a sua liberdade,

	tratando-os com respeito e dignidade, resgatando os valores ensinados enquanto ser humano, constituindo uma visão de respeito mútuo.
--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ao questionar sobre como a educação pode contribuir na reintegração do jovem na sociedade, destaca-se que a respondente P3 contemplou o que foi pontuado pelas demais. A mesma relatou que a educação pode contribuir de forma positiva, buscando caminhos para a sua liberdade, tratando-os com respeito e dignidade, resgatando os valores ensinados enquanto ser humano, constituindo uma visão de respeito mútuo, assim como a colocação da respondente P2, a qual enfatiza que a educação é a porta para a ressocialização, seja ela escolarização ou eixos de arte, cultura, lazer e esporte. Essas narrativas vão de encontro ao que destaca Bragantino (2020):

Para que ocorra de fato a ressocialização dos jovens é necessário que o mesmo tenha acesso a uma base educacional para que assim ocorra uma inclusão satisfatória, além de ajudar a desenvolver, principalmente, a autoestima da maioria das pessoas. Para as instituições que cuidam de menores, ainda não existe uma proposta mais efetiva e abrangente para engajar toda a sociedade na recuperação e inclusão desses jovens. (BRAGANTINO, p.17, 2020)

Apesar de todo o trabalho e acompanhamento dos jovens na unidades aponta-se que cerca de 7 a cada 10 jovens que são acompanhados na unidade de semiliberdade de Iguatu voltam a cometer os delitos, como furtos qualificados e venda de drogas, apesar das práticas restaurativas que se fundamentam no diálogo qualificado, apresentando valores e princípios peculiares, objetivando a reflexão, conscientização, responsabilização e reparação do dano causado, bem como a restauração de relações.

O que se pode perceber é que as ações desenvolvidas ainda não conseguem fazer com que os jovens parem de cometer delitos. São necessários outros aparatos, outras estratégias que amparem o trabalho socioeducativo. Estratégias relacionadas ao compromisso do Estado, da sociedade, dos profissionais da unidade, dos socioeducandos e das famílias para sua recuperação e reinserção social.

Na unidade pesquisada existe um acompanhamento familiar, que visa estimular a participação e envolvimento das famílias no processo vivido pelo adolescente, assim como auxiliá-las no sentido de facilitar a superação de

dificuldades e fortalecer papéis e relações parentais, de forma que essa possa ofertar ao adolescente o suporte necessário quando de seu retorno ao convívio doméstico.

Nessa perspectiva, as ações socioeducativas possibilitam aos socioeducandos um espaço pedagógico que os favoreçam pensar e criar possibilidades de superação das condições que os levaram a cometer o ato infracional, destaca-se ainda que as ações pedagógicas são desenvolvidas por um pedagogo que segue a Proposta Pedagógica Institucional (PPI) com base na Lei nº 12594/2012, em seus artigos 53, 54 e 55, o qual prevê que o PIA seja elaborado sobre a responsabilidade da equipe técnica e do socioeducador de referência do adolescente do programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e da sua família.

Assim pode se dizer que o pedagogo da unidade de Iguatu possui extrema relevância no trabalho socioeducativo, já que o mesmo atua em processos relacionados ao ensino e aprendizagem e sua principal função é desenvolver as ações da área pedagógica do centro, buscar e promover a reconstrução de conceitos básicos, além de articular a participação dos colaboradores nas diversas atividades educacionais.

Garantindo desse modo que os adolescentes e jovens que estão em cumprimento de medida socioeducativa tenham acesso à educação e atividades educacionais nos eixos de arte, cultura, esporte, lazer e profissionalização proporcionando atendimento personalizado e humanizado. Essa tarefa exige do pedagogo dedicação integral e uma percepção abrangente e consciente de que cada ação planejada desencadeará reações nos processos socioemocionais e educacionais do socioeducando.

### **Projetos educativos**

Tabela 6: Projetos educativos.

<b>Respondente</b>	<b>No seu ponto de vista, que projetos ou medidas educacionais podem ser realizadas para auxiliar na diminuição da marginalização e da violência nas ruas?</b>
P1	Deve ser criada políticas públicas, projetos que possibilitem aos adolescentes em conflito com a lei transformações significativas de atitudes e valores sociais, no sentido de redirecionar a história de vida desses adolescentes, bem como sua reinserção na sociedade

P2	Projetos que incentivem uma qualificação profissional desde de cedo nas escolas. Projetos esportivos que integrem com a escolarização
P3	Devem ser criados projetos em parceria com empresas, município, estado, que possam incluir esses jovens como aprendizes ou estagiários e assim oportunizá-los para o mercado de trabalho de forma digna, fazendo com que eles se sintam-se úteis e valorizados.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Por fim, questionou-se sobre pontos de vista em relação à projetos ou medidas educacionais para mitigar a marginalização e violência nas ruas. De maneira geral, todas responderam que devem ser criados projetos que auxiliem os adolescentes para que não cheguem a entrar em conflito com a lei. Dentre as sugestões, as pesquisadas destacam políticas públicas para qualificação profissional, projetos relacionados à valores sociais com o objetivo de redirecionar as trajetórias de jovens e parcerias com demais instituições públicas e privadas na execução de programas e projetos vinculados ao mercado de trabalho.

Santos (2019) coloca que a integração dos jovens deve ser feita através das transformações significativas de atitudes e valores sociais, no sentido de redirecionar a história de vida desses adolescentes.

É importante destacar que na unidade estudada, o trabalho de acolhimento acontece inicialmente com a recepção dos jovens. Os pedagogos buscam compreender a história do adolescente, procurando entendê-lo, conceber sua real situação para, posteriormente, iniciar o trabalho socioeducativo, inserindo-o gradativamente nas atividades educativas, por meio de dinâmicas e jogos para trabalhar, afim de atuar de forma atrativa com os mesmos, trazendo-os para o meio educacional.

O semiliberdade de Iguatu possui ainda parcerias externas com o CRAS, CREAS, Conselho tutelar, a coordenação da rede de proteção básica e especial do município, buscando assim garantir os serviços ofertados pelos citados equipamentos ao adolescente e à família, durante todo o percurso do cumprimento da medida, como também após a progressão de medida para meio aberto ou extinção da medida.

A equipe da unidade permanece acompanhando esse jovem por meio de visitas domiciliares e contatos telefônicos, realizando os encaminhamentos para cursos de acordo com o desejo do adolescente e orientações necessárias por um período de no mínimo 06 meses.

Destaca-se assim que a escolarização é uma das principais estratégias para a ressocialização dos adolescentes por garantir os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, do qual exige o século XXI. A partir dessa perspectiva, a educação básica, enquanto direito de cada adolescente e dever do estado, pode constituir-se numa via de acesso à plenitude democrática, mediante a uma formação dos adolescentes conscientes e de sua inserção na sociedade. Chama a atenção a resposta de P2 ao destacar que desde cedo, as escolas devem oferecer às crianças projetos esportivos, de arte, cultura, lazer que os integrem na escolarização.

Isso possibilitaria uma postura participante, crítica e libertadora tornando-se uma das grandes contribuições a ser dadas pela educação no processo de construção do exercício da cidadania plena, consolidando o foco da ação na pessoa, ou seja, naquela criança que está se desenvolvendo, apontando para ela como sujeito da história.

Os adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade, são inseridos na escolarização no âmbito da alfabetização e do ensino fundamental, anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano), sendo assegurados pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e ensino médio pela Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC). Também são garantidos aos socioeducandos participarem do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), tanto na esfera nacional como no de Pessoas Privadas de Liberdade (PPL).

Nesse contexto, os adolescentes que ingressam no centro de semiliberdade com faixa etária superior a idade do ensino formal, são inseridos no Centro Educacional de Jovens e Adultos (CEJA). Esse sistema de ensino atende o ensino fundamental e médio, que de acordo com os interesses e o desejo dos adolescentes, aceleram o nível de aprendizagem, visto que esse sistema adota a metodologia de estudo modular. Tais estratégias são realizadas para assegurar o direito à educação desses adolescentes.

## Considerações finais

A literatura pontua que o adolescente/jovem que está em cumprimento de medida de semiliberdade é inserido em um ambiente de integração sociocultural, onde são desenvolvidas atividades para fortalecer os laços com sua origem, desenvolvendo um sentimento de pertencimento com a cultura local, do estado e do país em que vivemos.

As discussões presentes nesse estudo trouxeram ainda uma reflexão crítica sobre a falta da criação de espaços para encontrar soluções mais inclusivas para esses adolescentes. O trabalho, sem a perspectiva de ser esgotado, sugere o desenvolvimento de mais pesquisas e discussões sobre o tema, principalmente oportunizando um espaço de escuta dos profissionais que atuam na socioeducação, nesse sentido poderão ser disponibilizados para facilitar as discussões com os diferentes atores e instituições envolvidas no processo.

Deste modo através da revisão da literatura, buscou-se compreender qual a relevância do papel do pedagogo no trabalho socioeducativo com adolescentes em conflito com a lei, de maneira específica, identificar como ocorre o trabalho socioeducativo com esses adolescentes, para tentar compreender como se dá o processo socioeducativo dos jovens infratores.

Os dados gerados através dos questionários revelaram que o papel do pedagogo no trabalho socioeducativo com adolescentes em conflito com a lei não é fácil, mas é de extrema relevância não só no contexto socioeducacional, mas também para a reintegração deste jovem na sociedade. É uma atividade laboral que requer dos profissionais flexibilidade para adaptar-se e reinventar-se, conforme a situação apresentada.

Por fim, é importante colocar que não foram encontrados trabalhos atuais de mestrado e doutorado sobre a temática pesquisada acerca da atuação dos pedagogos no processo da socioeducação, o que pontua, por sua vez que não se vem refletindo sobre a temática que possui um grande impacto social, já que trata-se de jovens em conflito com a lei, que por sua vez serão os futuros membros atuantes da sociedade. Acredita-se na relevância de dar mais ênfase para tal discussão, afim de buscar subsídios para atenuar tais problemas.

## REFERÊNCIAS

ABDALLA, J. de F. S. **Aprisionando para educar adolescentes em conflito com a lei: memória, paradoxos e perspectivas**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

ALTET, M. **Análise das práticas dos professores e das situações pedagógicas**, Porto: Porto, editora atica, v.1, e, 1, 2020.

ANDRADE, Carlos Albuquerque, O pedagogo e sua atuação sociointeracionista, **Rev. Interdisciplinar Sulear**, ANO 1, No. 3, 2018.

BRAGA, Garrido. **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo, editora Cortez, , v.1, e, 1, 2020.

BRAZ, Carlos Souza, **A importância da educação e o trabalho socioeducativo do trabalho na recuperação do menor infrator**, Minas Gerais, editora atica, v.1, n.1, 2020.

FERREIRA, et al, **A importância da educação e a recuperação do menor infrator**, VII, congresso de educação internacional, versao numero 12, Minas Gerais, 2021.

GOLDIM ET AL, **Pesquisa de campo: Conhecimento metodológico**, São Paulo. ed.: Atlas, , v.3, e, 1, 2013.

LAKATOS, MARKONI Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010

PADRANOV, Albuquerque Santos, **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PIRES, Sanyo Drummond.; SARMENTO, Myrian de Moraes; DRUMMOND, Mariana Florentina Lima Alves. **O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e sua inserção escolar**. Pesquisas e Práticas Psicossociais 13(3), São João del Rei, julho-setembro de 2018. e1522

PRATES, Silva Albuquerque, **Pedagogos em meio aos caminhos e perspectivas no trabalho socioeducativo**. São Paulo: Cortez, 2020.

RIBEIRO et al, **As contribuições do pedagogo para a promoção da integralidade da atenção e do cuidado prestados a adolescentes em unidades de semiliberdade no distrito Feder**, Cadernos GPOSSHE On-line, Fortaleza, v. 2, n. 1, 2019.

TOMACIO, et al, Atuação do pedagogo frente a adolescentes em privação de liberdade: análises a partir do Regimento Único dos Centros Socioeducativos de Minas Gerais, **Rev. Interdisciplinar Sulear**, ANO 1, No. 3 (NOVEMBRO/2018), 2018.

## **Lista de Siglas**

CEJA-Centro Educacional de Jovens e Adultos

CRAS- Centro de Referencias da Assistencia Social

CREAS- Centro de Referencias Especializado da Assistencia Social

BDTD-Banco de teses e dissertações da Capes

ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente

ENCCEJA- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

ENEM-Exame Nacional do Ensino Médio

LDB-Lei de Diretrizes e Bases

MEDLINE-*Medical literature Analysis and Retrievel System Online*

PIA-Programa de Assistência Pessoal

PPI- Projeto Pedagogico Interdisciplinar

SCIELO-*Scientific Eletronic Library Online*

SEDUC-Secretaria de Educação do Ceará

SINASE-Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

TCLE-Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PEDro-*Physiotherapy Evidence Database*

## **Apêndice**

### **Apêndice A: Perfil dos entrevistados:**

Idade:

Estado civil:

Sexo:

Formação:

Cursos de especialização:

#### **Perguntas:**

- 1- Você já trabalha há muito tempo na área socioeducativa com adolescente em conflito com a lei? Há quanto tempo ?
  
- 2- Na sua visão, qual a importância do trabalho socioeducativo com os adolescente em conflito com a lei?
  
- 3- Aponte os desafios ou facilidades que você encontra para trabalhar com os adolescente em conflito com a lei.
  
- 4- Como a educação pode contribuir na reintegração do jovem na sociedade ?
  
- 5- No seu ponto de vista que projetos ou medidas educacionais podem ser realizadas para auxiliar na diminuição da marginalização e da violência nas ruas?

## Apêndice B: TCLE

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “O papel do pedagogo na garantia dos direitos à educação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa”, de responsabilidade de *Adriana Aparecida Chaves Araújo*, estudante de especialização da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é *compreender qual a relevância do papel do pedagogo no trabalho socioeducativos com adolescentes em conflito com a lei*. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista semiestruturada, que é aquela que segue um formulário que seja adequado ao uso do pesquisador, construído a partir de questões que podem ser respondidas com maior precisão as perguntas abordadas, com o mérito de conseguir compreender de forma clara e objetiva. É para estes procedimentos que você está sendo convidado/a a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

O/a pedagogo/a possui um importante papel no sistema socioeducativo, nesse sentido, espera-se trazer reflexões sobre sua atuação, na busca de compreensões sobre seu campo de atuação, de forma a mediar a situação a qual os adolescentes em cumprimento de medida se encontram

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (88) 9.9685-9118 ou pelo e-mail [adriana.araujo@seas.ce.gov.br](mailto:adriana.araujo@seas.ce.gov.br).

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio da produção teórica que será gerada nesse; podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Iguatu-CE, 14 de janeiro de 2022.

---

Assinatura do/da participante

---

Assinatura do/da pesquisador/a Telefone do pesquisador/a

---

Assinatura do/da orientador/a Telefone do orientador/a